



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia, políticas e democracia 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Geografia, Políticas e Democracia; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-720-8 DOI 10.22533/at.ed.208191710 1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910.02
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Geografia: Políticas e Democracia – volume 3”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com análises provenientes das diferentes subáreas da ciência geográfica e áreas afins.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Ensino da Geografia, Geografia Urbana, História do Pensamento Geográfico e sua interface Econômica e Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária e Regional conforme expresso nos nove capítulos que compõem a referida Coletânea.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial na emergência de práticas democráticas.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.2081917101	
CAPÍTULO 2	13
MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Rayssa Bernardino de Lacerda Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.2081917102	
CAPÍTULO 3	25
INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.2081917103	
CAPÍTULO 4	38
MICROALGAS: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORAR OS INDICADORES DE SANEAMENTO NO BRASIL	
Renan Barroso Soares Rodrigo Nunes Oss Márcio Ferreira Martins Ricardo Franci Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917104	
CAPÍTULO 5	49
A GEOGRAFIA REGIONAL EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
DOI 10.22533/at.ed.2081917105	
CAPÍTULO 6	60
ADVENTURE-TIME: O CRONOTOPO NO ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO DE HAYEK, KEYNES E MISES	
Marcus Antonio de Lyra Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917106	
CAPÍTULO 7	77
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR	
Diego Paschoal de Senna Sandra Lúcia Videira	
DOI 10.22533/at.ed.2081917107	

CAPÍTULO 8	88
A FEIRA DE NOVA CRUZ/RN: UMA TRADIÇÃO COMERCIAL DE EXPRESSÃO REGIONAL	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.2081917108	
CAPÍTULO 9	99
A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
Tayne Pereira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.2081917109	
SOBRE O ORGANIZADOR	113
ÍNDICE REMISSIVO	114

MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Rayssa Bernardino de Lacerda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Maria de Lourdes Soares

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

RESUMO: Em um contexto de extrema ofensiva neoliberal que tem imposto vários desafios a política de habitação de interesse social em todo o país, faz-se necessário investigar como se tem dado a sua implementação na cidade de João Pessoa-PB. O presente estudo consiste, dessa forma, em uma pesquisa de campo sobre a política habitacional na capital paraibana, que tem como objetivo analisar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias de baixa renda, segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. A pesquisa de campo foi realizada nos quatro conjuntos habitacionais mais bem equipados com os serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público, com a aplicação de formulários com os beneficiários originais. Como resultado, o estudo afirmou a hipótese da pesquisa, ao identificar a carência de serviços e equipamentos públicos nos entornos dos

conjuntos habitacionais pesquisados na cidade de João Pessoa, evidenciando o paradoxo e as contradições entre as várias legislações vigentes que afirmam o direito à cidade e à moradia digna, e o que vem sendo efetivado pelo Programa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida, Direito à cidade, Direito à moradia digna, Serviços e Equipamentos Públicos.

MY HOME ... AND LIFE? THE PUBLIC SERVICES AND EQUIPMENT IN THE ROOM SETS OF MY HOUSE PROGRAM MY LIFE IN THE CITY OF JOÃO PESSOA-PB

ABSTRACT: In a context of extreme neoliberal offensive that has imposed several challenges to housing policy of social interest throughout the country, it is necessary to investigate how it has been given its implementation in the city of João Pessoa-PB. The present study consists of a field research on housing policy in the capital of Paraíba, which aims to analyze the realization of the right to the city and decent housing through the Programa Minha Casa Minha Vida for low income families, according to the availability of public services and equipment. Field research was carried out in the four most well-equipped housing complexes with public health, education and public transportation services and facilities, with the application of

forms with the original beneficiaries. As a result, the study asserted the hypothesis of the research, identifying the lack of public services and equipment in the environments of the housing complexes surveyed in the city of João Pessoa, highlighting the paradox and contradictions between the various existing legislations that affirm the right to the city and to decent housing, and what has been made effective by the Program.

KEYWORDS: Programa Minha Casa Minha Vida, Right to the City, Right to decent housing, Public Services and Equipment.

INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é o programa carro-chefe da política de habitação, e ao longo dos anos passou a ser visto como única solução para o problema habitacional do país, recebendo volumosos recursos do Governo Federal para a construção de moradias. Em razão disso, é de extrema importância que o maior programa habitacional do país garanta o direito à cidade e à moradia digna.

O direito à moradia digna é um direito humano básico, que vai além do mero fornecimento de uma unidade habitacional. Ele diz respeito a um conjunto de condições que devem ser asseguradas para que haja um morar adequado, como a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

Segundo a Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013 do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes para aquisição de unidades habitacionais, “consideram-se equipamentos públicos aqueles voltados à educação, saúde e demais complementares à habitação, tais como assistência social, segurança e outros a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades” (BRASIL, 2013).

Os equipamentos e serviços públicos são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Contudo, o que se percebe com relação ao PMCMV é que com a predominância da inserção periférica dos conjuntos habitacionais, distantes da malha urbana consolidada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos tornou-se mais difícil para as famílias contempladas pelo programa. Dessa forma, um programa habitacional que deveria estar comprometido com a efetivação do direito à moradia digna, termina muitas vezes por reproduzir um morar precário.

A presente pesquisa trata-se da continuação, aprofundamento da pesquisa iniciada na graduação em Serviço Social sobre o estudo da política de habitação, através do Programa “Minha Casa Minha Vida”, para as famílias de baixa renda, segundo a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais construídos.

Durante a graduação, tive a rica experiência de estagiar na Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB) de João Pessoa-PB, onde foi possível observar como se dava a implementação da política de habitação através do PMCMV na cidade. Nesse período me chamou atenção as grandes dificuldades de vida enfrentadas pelas famílias contempladas pelo programa, devido à dificuldade de acesso a equipamentos e serviços públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais.

Por isso, ainda na graduação, realizei uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico sobre o PMCMV, para analisar como se dava a implementação do direito à moradia digna pelo programa, principalmente com relação a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

A trajetória desta investigação me levou ao desejo de pesquisar de forma empírica como se tem dado a implementação do programa na cidade de João Pessoa-PB, com o objetivo de analisar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do PMCMV na cidade de João Pessoa, para as famílias de baixa renda, segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos sociais.

A natureza da pesquisa é quanti-qualitativa, por haver nela a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados (Minayo, 2001), sendo, contudo, complementada pela dimensão quantitativa.

Tendo em vista a problemática exposta da disponibilidade de serviços e equipamento públicos nos conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, tentou-se resolver essa questão empregando diferentes técnicas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento necessário para a compreensão do processo de produção da habitação de interesse social, do ponto de vista teórico e histórico, tanto no nível nacional como municipal, possibilitando assim um maior conhecimento do objeto estudado. A pesquisa documental contribuiu para a caracterização quantitativa e qualitativa dos conjuntos produzidos pelo programa, através das fontes documentais coletadas na SEM HAB.

A pesquisa de campo possibilitou averiguar como o programa vem se desenvolvendo na prática. Ela foi fundamentada com a realização de aplicação de formulários com alguns beneficiários contemplados pelo programa na cidade.

A pesquisa foi realizada no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, situada na faixa litorânea e, atualmente, com 811.598 habitantes (IBGE). Nos conjuntos habitacionais construídos pelo programa a partir de 2006, ano em que a SEM HAB foi criada.

O universo da pesquisa consistiu nos oito conjuntos habitacionais que haviam sido construídos e entregues até o final do ano de 2017 pelo PMCMV, desde que a SEM HAB foi criada em João Pessoa. São eles os residenciais: Anayde Beiriz, Colinas de Gramame, Irmã Dulce, Jardim das Colinas, Jardim Veneza, Manacá, Nice Oliveira, Vieira Diniz A e Vieira Diniz B.

O tipo de amostra adotado foi intencional, e consistiu nos moradores que são

os beneficiários originais contemplados pelo programa que moram nos conjuntos habitacionais mais bem equipados com os serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público, são eles os Residenciais Anayde Beiriz, Manacá, Jardim Veneza, Vieira Diniz A e B.

A escolha pelos conjuntos habitacionais mais bem equipados deu-se, em primeiro lugar, pela necessidade de delimitação do universo da pesquisa, visto ser impossível considerá-lo em sua totalidade, e em segundo lugar pelo fato de a partir deles poder ser possível conhecer uma realidade que pode ser aferida para os conjuntos habitacionais menos equipados.

Nesse sentido, pretendeu-se pesquisar junto aos beneficiários originais desses conjuntos habitacionais, como se tem dado a efetivação do direito à cidade e à moradia digna, no que diz respeito à disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de educação, saúde e transporte.

Na atualidade, essa temática é bastante relevante em ser estudada, pois dela emerge a importante discussão sobre o direito à cidade e à moradia digna, essencial para um padrão de vida humano adequado. Além de tratar da implementação da política de habitação, responsável pela efetivação desse direito, através do PMCMV, programa carro chefe do Governo Federal na área habitacional.

Dessa forma, diante do desafio de aumentar o acesso das famílias a moradia digna, torna-se de fundamental importância o acompanhamento dos resultados do maior programa habitacional do país.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Em 2007, inicia a crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou e arrastou o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro.

Em um contexto de crise e recessão econômica no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente no governo de Dilma Rousseff, a construção civil segundo Maricato (2015, p.36) “[...] foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico”, garantindo que o país não fosse tão afetado pela crise. É nesse período, portanto, que através de investimentos consideráveis em obras de infraestrutura e habitação, que se observa no país uma maior ação por parte do governo para a construção de uma política habitacional mais relevante.

Mostrando assim, o importante papel da cadeia da construção civil para o desenvolvimento econômico e social. Por ser um ramo muito lucrativo para o capital, este tem sido frequentemente ativado mediante estímulos e subsídios através do fundo público para dinamizar a economia, visto que, constitui um dos responsáveis pela ampliação dos postos de trabalho e pela redução do índice de desemprego, além de atender as demandas postas pelo crescimento demográfico e pelo grande déficit

habitacional acumulado ao longo do tempo, devido à ausência de políticas públicas.

Nesse contexto, em 7 de julho de 2009 é promulgada a Lei 11.997 que cria o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que no seu art. 1º afirma ter como finalidade a produção de moradias para as famílias de baixa renda,

Art.1º O Programa Minha Casa, Minha Vida- PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 [...] (BRASIL, 2009).

Surge assim, o PMCMV, desenhado pela Casa Civil em parceria com os maiores empresários do setor, e como uma iniciativa do Governo Federal que ofereceu condições para o financiamento de moradias nas áreas urbanas, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise e diminuir o déficit habitacional brasileiro que em 2009 era estimado em 5.998 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

O programa priorizou famílias com renda de até três salários mínimos, embora também atendesse famílias com renda de até dez salários mínimos, o que representou um avanço para a política de habitação social, visto que, os programas anteriores de habitação, como o BNH, deixaram de fora os segmentos de menor renda. E dessa forma, apesar de ter sido criado como uma medida anticíclica para enfrentamento da crise econômica, o PMCMV se constituiu como uma grande política social para atender as famílias de baixa renda, que o mercado por si só não alcançava.

O programa passou a concentrar boa parte dos recursos voltados para a área habitacional, e com o quantitativo de casas construídas e a avaliação positiva do programa por parte do governo e da opinião pública, o PMCMV se enraizou na política urbana em nível nacional, tornando-se programa carro chefe da política habitacional no Governo Dilma (2011-2016).

Na segunda fase do programa que se inicia em 2011, uma das maiores preocupações foi garantir uma moradia digna, com infraestrutura e equipamentos sociais, como afirma Magalhães (2011, p.12) “[...] uma grande preocupação em relação ao Minha Casa Minha Vida 2, foi além de garantir um teto, assegurou o acesso aos serviços de saúde, educação e outros necessários para a população”.

Assim sendo, segundo Magalhães, as principais alterações do PMCMV2 em relação ao 1 estão, em primeiro lugar no tocante as questões de desenvolvimento sustentável, na percepção da necessidade de uma maior prestação de serviços públicos. Passando, então, a ser necessária uma maior articulação do Ministério das Cidades com outros ministérios para os mesmos atuarem de forma mais integrada para garantir os equipamentos sociais básicos para os novos contemplados (MAGALHÃES,2011).

Apesar dos resultados quantitativos alcançados e dos avanços qualitativos na concepção de desenvolvimento urbano integrado com a criação do Ministério das Cidades e de instrumentos como a PNH, o SNHIS e o FNHIS, com o passar do

tempo foi possível perceber uma série de limitações do Programa Minha Casa Minha Vida que repetiram erros semelhantes aos cometidos pelo BNH. Vários estudos realizados têm demonstrado a produção e reprodução dos cenários urbanos e dos efeitos socioespaciais deixados pelo BNH, marcados pela segregação socioterritorial e precariedade urbana.

O PMCMV apresenta problemáticas estruturais que tem causado impactos profundos nas cidades e na vida das famílias beneficiárias. Seguindo as normas e condições mínimas estabelecidas, as construtoras escolhem os terrenos mais baratos e ampliam a escala e padronização dos projetos em busca de maior rentabilidade.

Sem levar em consideração a legislação urbanística na definição das áreas para construção, o programa vem reforçando a histórica lógica da segregação espacial das famílias de baixa renda, com a construção de conjuntos habitacionais da faixa 1 em regiões periféricas, onde o preço da terra é mais barato devido ausência de urbanidade.

A homogeneidade no uso residencial desses espaços traz efeitos nefastos para os seus beneficiários, visto que famílias de menor renda são levadas a morar em regiões distantes dos empregos, comércios, serviços e equipamentos públicos, recaindo sobre os mesmos o ônus com o deslocamento diário com o custo do transporte, o tempo gasto e o desgaste físico no trajeto.

As localizações periféricas impactam no acesso aos serviços e equipamentos públicos, que são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Por essa razão, o acesso da população a eles está previsto nas diretrizes da Política Nacional de Habitação que entende a “[...] moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 30).

Contudo, uma das maiores críticas feitas ao Programa Minha Casa Minha Vida é a produção de uma cidade incompleta, resultado da inserção urbana dos conjuntos nas periferias, em terrenos distantes da cidade completamente desprovidos dos serviços e equipamentos públicos necessários para a garantia do direito à cidade e a uma moradia digna.

Á vista disso, a produção de moradias populares para além dos limites da cidade vem trazendo sérios prejuízos para os moradores, pois para além do aumento dos custos com mobilidade, encarecem a extensão das infraestruturas urbanas mais deficitária nos lugares mais distantes. Soma-se ainda a essas questões o congestionamento das vias, as deficiências dos transportes coletivos, a poluição do ar e as mudanças climáticas, advindas do aumento do uso dos transportes que utilizam combustíveis fósseis.

Dessa forma, a dissociação entre as políticas urbanas e habitacionais e a

primazia da construção civil foram determinantes nas precárias inserções urbanas dos conjuntos habitacionais construídos para as famílias de baixa renda. Sendo esta problemática uma das maiores marcas do programa e uma das principais críticas feitas ao mesmo.

O PMCMV NA CIDADE DE JOÃO PESSOA E A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A criação do PMCMV em 2009, no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, intensifica o processo de crescimento da mancha urbana de João Pessoa, com a construção de vários conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade. De acordo com Santos (2018, p.8), segundo dados disponibilizados pela CAIXA “[...] a cidade de João Pessoa teve, desde o início do PMCMV, mais de 10 mil contratações para construções de habitações na Faixa I [...]”, sendo a localização destes, predominantemente, na zona sul-sudeste da cidade.

Na capital paraibana a articulação entre o mercado imobiliário, capitais financeiros e proprietários fundiários - capitais ligados à produção do espaço construído-, tomaram o controle da cidade, e decidiram como João Pessoa iria ser.

E dessa forma, a cidade vem sendo construída não segundo os interesses do coletivo, mas segundo os interesses do capital. E por essa razão, na atualidade a política de habitação de interesse social permanece seguido a histórica lógica da inserção urbana periférica das habitações, o que impacta na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa.

A disponibilidade de serviços e equipamentos públicos no entorno da moradia se constituem como elementos essenciais para o estabelecimento de uma moradia digna e para a efetivação do direito à cidade. Portanto, tomando como base a efetivação do direito à cidade e a moradia digna na cidade de João Pessoa através do PMCMV, a seguir serão descritos os resultados da pesquisa sobre a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte nos conjuntos habitacionais do Manacá, Anayde Beiriz, Jardim Veneza e Vieira Diniz.

O Residencial Manacá foi entregue no final do ano de 2011 com 244 unidades habitacionais, ele foi o primeiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida entregue na Paraíba. Localizado no bairro de Paratibe, zona sul da capital, a uma distância de aproximadamente 22 km do centro da cidade, o conjunto habitacional encontra-se numa área considerada periférica de João Pessoa. Neste residencial foram entrevistadas 28 famílias.

O Residencial Anayde Beiriz foi entregue no ano de 2012, com 584 unidades habitacionais. Localizado na Avenida das Industrias, no Bairro das Industrias, zona oeste da cidade, o residencial foi construído em um distrito industrial, área reservada a instalações de industrias e fábricas, assim como locais de armazenamento e distribuição da cidade. O conjunto se encontra a aproximadamente 22,6 km do centro

da cidade, e nele foram entrevistadas 60 famílias.

O Residencial Jardim Veneza foi entregue no início de ano de 2013, com 576 unidades habitacionais no bairro, no qual leva o nome, Jardim Veneza, que fica localizado na zona oeste da cidade. O conjunto habitacional encontra-se a uma distância de aproximadamente 11,1 km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 59 famílias.

O Residencial Vieira Diniz foi completamente entregue no ano de 2017, construído em dois blocos A e B, com 992 unidade habitacionais ao todo. Localizado no bairro Jardim Veneza, o residencial foi erigido em um terreno adjacente ao Jardim Veneza, outro residencial do PMCMV. Assim como o Jardim Veneza, o conjunto se encontra a aproximadamente 11,1km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 20 famílias.

A pesquisa realizada nos quatro conjuntos habitacionais da capital de João Pessoa a respeito dos serviços e equipamentos públicos de educação (da creche ao ensino médio), saúde (da atenção básica a níveis de maior complexidade) e transporte, demonstrou que um número considerável de famílias é chefiado por mulheres. E que a renda da maioria das famílias pesquisadas consistia em um salário mínimo, havendo ainda um número considerável de famílias que viviam numa situação ainda mais precária, com uma renda de menos de um salário mínimo, caracterizando-se assim, como famílias de baixa renda.

Os residenciais pesquisados encontram-se na zona sul e oeste da cidade, em áreas consideradas periféricas da capital, o que tem impactado na oferta de serviços e equipamentos públicos e no acesso àquilo que a cidade tem a oferecer. Devido a construção dos conjuntos em áreas periféricas da cidade, em todos os residenciais visitados os moradores avaliaram de forma negativa a localização dos conjuntos com relação ao centro da cidade e aos locais de trabalho. Para os moradores contemplados pelo PMCMV, as áreas onde se encontram as maiores taxas de oportunidade de trabalho e diversidade de serviços ficaram mais distantes, devido ao fato das mesmas se encontrarem distantes das origens e dos destinos, das oportunidades de trabalho e das diversidades dos serviços em geral. Assim, trazendo maiores custo para essas famílias que tem baixa renda e dependem dos transportes públicos para a sua locomoção na cidade. Embora nos residenciais os pesquisados tenham indicado a facilidade de acesso a pontos de ônibus, contudo, residem em áreas em que os serviços de transportes são de péssima qualidade: são caros, velhos, demoram e não possuem serviços conjugados, logo, demandam maior custo, tempo e energia para a locomoção, aumentando a necessidade do transporte público coletivo para as famílias.

Chamando a atenção o alto grau de insatisfação dos moradores e a avaliação negativa realizada pelos mesmos nos quatro residenciais pesquisados com relação ao serviço de transporte público, devido a fatores como a dificuldade de acesso a diferentes destinos da cidade, oferecidos pelas poucas linhas disponíveis nos entornos

dos conjuntos, o que impacta na conexão do residencial com o restante da cidade. Soma-se a isso a condição precária dos ônibus e a frota pequena para atender toda a demanda das regiões onde estão inseridos os residenciais.

Dessa forma, percebe-se que para essas famílias o direito à cidade e a moradia digna é impactado por causa da localização periférica dos conjuntos e da dificuldade de acesso a mobilidade urbana, pois como afirma o Caderno 1 de Análise de Custos Referenciais do Ministério das Cidades “Geralmente, quanto mais distante da área urbana consolidada o empreendimento habitacional está, maior é a necessidade de readequação do conjunto de linhas de ônibus existente” (BRASIL, 2017, p.35).

A não readequação das linhas de ônibus nas áreas aonde foram construídos os conjuntos habitacionais leva a negação do direito a mobilidade urbana, um direito social constitucional, fundamental para a garantia do acesso à vida urbana.

No tocante a educação, com exceção do Residencial Vieira Diniz onde esse serviço foi bem avaliado, nos demais residenciais a avaliação com relação ao acesso a esse serviço e equipamento público foi negativa. Em todos os conjuntos foi encontrado pelo menos uma escola de ensino fundamental próximo, contudo, os moradores relataram que nessas escolas as vagas eram insuficientes para atender a toda a demanda, e por essa razão algumas crianças precisaram ser matriculadas em escolas em outros bairros.

Além disso, com exceção do Residencial Manacá que possui uma creche próximo, no entorno dos demais residenciais pesquisados não existem creches ou escolas de ensino médio. A falta desses equipamentos faz com que essas famílias precisem ser deslocar para outros bairros, o que impõe as mesmas um maior custo com deslocamento. As creches são equipamentos públicos de vital importância para as famílias de baixa renda, principalmente aquelas que são chefiadas por mulheres, que precisam desse serviço para poderem trabalhar e sustentar a sua família.

Com relação a saúde, apesar de todos os conjuntos possuírem um posto de saúde próximo, a avaliação também foi negativa – com exceção do Residencial Vieira Diniz -, por causa da dificuldade de acesso a serviços básicos. Segundo os entrevistados os postos de saúde não possuíam capacidade para atender a toda a demanda das regiões aonde estão inseridos, além dos relatos dos serviços precários oferecidos pelas unidades, que eram marcados pela falta de médicos, medicamentos e na demora para a realização de exames.

Além dos serviços e equipamentos públicos pesquisados, os moradores afirmaram sentir falta de segurança, maiores ofertas no comércio das regiões próximas aos conjuntos e equipamentos de lazer. E quando perguntados o que gostariam que mudasse no futuro nos residenciais, os moradores relataram que desejavam que fossem feitos investimentos para uma melhoria na oferta de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, segurança, lazer e comércio.

Nos quatro conjuntos habitacionais pesquisados, os moradores afirmaram que em comparação com a atual moradia, era melhor o acesso a esses serviços

e equipamento públicos no antigo bairro de origem. Dessa forma, percebe-se que essas famílias de baixa renda saem de áreas mais centrais e urbanizadas da cidade, para viver em áreas carentes de inúmeros bens necessários para a sua reprodução e mínima qualidade de vida urbana.

Portanto, a partir dos resultados da pesquisa percebe-se que a produção do PMCMV na cidade de João Pessoa, apesar de apresentar avanços com relação a infraestrutura básica (pavimentação, rede de esgoto, fornecimento de água e energia), apresenta problemas com relação ao acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Assim como em todo o país, o padrão de localização dos conjuntos habitacionais na capital em periferias subequipadas, distantes do tecido urbano consolidado, contribui para a negação do direito à cidade e a moradia digna.

O direito à moradia digna encontra-se inserido num amplo contexto, e para a sua real efetivação é necessário a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. Tal elemento deve nortear a implementação do PMCMV na cidade de João Pessoa, visto que são fundamentais para o bem-estar da população e o funcionamento da cidade. A carência ou insuficiência destes afeta a qualidade de vida na cidade, por isso as ações do PMCMV e do governo municipal devem respeitar esse importante elemento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do PMCMV durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, num contexto de crise e recessão econômica, e grande déficit habitacional que o país vivia em 2008, a construção de moradias foi utilizada como um ativo financeiro. Dessa forma, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado, com um desenho fortemente fundado na participação do setor privado, retomando a política habitacional com o objetivo de construir moradias para dinamizar a economia.

Desse modo, a prevalência da lógica financeira na implementação do Programa fez com que as construtoras se tornassem o principal agente da política habitacional, o que resultou na predominante construção dos conjuntos em regiões periféricas da cidade, onde os terrenos são mais baratos devido à ausência ou precariedade de infraestrutura urbana e de serviços e equipamentos públicos. Portanto, percebe-se que assim como o BNH, o PMCMV contribui para o padrão periférico de desenvolvimento urbano, com densidade populacional, infraestrutura e serviços precários.

Com o PMCMV é intensificado o modelo de desenvolvimento urbano periférico na capital, com a construção predominante de conjuntos habitacionais na região sul-sudeste da cidade.

Apesar das exigências estabelecidas pelo programa referentes a localização dos conjuntos e a observação de parâmetros mínimos de atendimento por infraestrutura e serviços, o direito à cidade mostra-se negado quando se analisa a localização dos empreendimentos e a falta de intersectorialidade do Programa, que resulta na ausência

ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos.

Contudo, apesar do estabelecido pela política, pelos acordos internacionais e pela legislação nacional sobre o direito à moradia digna, os resultados da pesquisa de campo na cidade de João Pessoa demonstram que a inserção periférica dos conjuntos afeta diretamente na disponibilidade de serviços e equipamentos públicos, o que interfere na qualidade de vida das famílias contempladas pelo Programa.

Nos quatro residenciais pesquisados, a maioria dos moradores afirmaram ter dificuldades de acesso aos serviços e equipamentos de saúde, educação e transporte no entorno do conjunto, precisando muitas vezes recorrerem a outros bairros para conseguirem ter acesso a esses serviços. A localização dos residenciais pesquisados dificultou o acesso dos moradores aos meios de sobrevivência/trabalho e àquilo que a cidade tem a oferecer, predominando entre os entrevistados a avaliação de que com a mudança da moradia anterior para a atual, houve a piora no acesso ao comércio, aos locais de trabalho e aos serviços e equipamentos públicos.

No tocante ao direito à cidade, com as ações do Programa, passa haver um déficit não de casas, mas de cidade, de urbanidade, que contribuem para novas formas de exclusão e segregação dos mais pobres, que os impedem de usufruir daquilo que a cidade tem a oferecer.

Portanto, afirma-se a hipótese formulada neste estudo sobre a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade de João Pessoa-PB.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 11.977 de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida– PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. Ministério Das Cidades. *Caderno 1 Análise de Custos Referenciais: qualificação da inserção urbana*. Brasília, 2017.

_____. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. Brasília, 2004.

_____. Ministério das Cidades. *Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013*. Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de conta no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Gabinete do Ministro, Brasília, DF, nov. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Governo amplia limites de faixa de renda do Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/noticias/governo-amplia-limites-de-faixa-de-renda-do-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil 2009*. Belo Horizonte, 2012.

IBGE. *João Pessoa*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

MAGALHÃES, Inês. 'Importante é o programa continuar', diz secretária de Habitação sobre Minha Casa Minha Vida 3: depoimento. [30 de março, 2011]. Brasília: *Blog do Planalto*. Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, M. C. de S. *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social*. IN: _____. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROLNIK, Raquel et al. *Inserção Urbana no PMCMV e a Efetivação do Direito a Moradia Adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo*. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Eliane Campos dos. *A Dinâmica da Expansão Urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa-PB: processos e agentes na produção da cidade*. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19., 2018. *Anais...* João Pessoa, 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia – USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bancos 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 93

C

Campesinato 99, 106, 109

Cronotopo 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12

D

Direito à cidade 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23

Direito à moradia digna 13, 14, 15, 22, 23

Discurso 60, 61, 64, 68, 69, 72, 73, 74

E

Ensino de geografia 1, 5, 8, 11, 12, 113

Esgoto 22, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48

F

Favela 25, 26, 28, 30, 32, 33, 37

Feira 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

G

Geografia financeira 77, 78

Geografia regional 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58

H

História do pensamento geográfico 49, 50

I

Ideologia 11, 60, 74

L

Lagoa 38, 93

M

Microalgas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Modernidade 25, 26, 33, 37, 58, 64, 89

N

Neoliberalismo 60, 61, 74, 113

Norte de Minas Gerais 99, 106, 107, 112

Nova Cruz 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

P

Política 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 73, 75, 76, 89, 95

Portugal 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Prática pedagógica 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Produção do espaço 19, 25, 26, 36, 37

Programa Minha Casa Minha Vida 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24

R

Rapadura artesanal 99

Richard Hartshorne 49, 50, 51, 52, 57, 58

S

Saneamento 18, 38, 39, 40, 45, 46, 47

Serviços e equipamentos públicos 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

T

Tradição 51, 88, 91, 92, 94, 97, 105

U

UASB 38, 39, 40, 42, 44, 45, 48

Urbanização 25, 30, 98

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-720-8



9 788572 477208